



320

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004428-89.2014.8.17.0000 (0334028-9)

IMPETRANTE: Marcos Túlio A. de Alencar Barreto (OAB/PE nº 942-A)

PACIENTE: Lucinildo Batista da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da F. Carvalho
(Convocada)

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO INTERROGATÓRIO DO RÉU E PEDIDO DE QUE SEJA DETERMINADO AO MAGISTRADO *A QUO* QUE REALIZE TAL ATO. PLEITO SUPERADO UMA VEZ QUE A AUTORIDADE IMPETRADA JÁ ACOLHEU A SÚPLICA DO CAUSÍDICO. PETIÇÃO ATRAVESSADA PELO IMPETRANTE IRRESIGNANDO-SE QUANTO À DATA MARCADA PARA O INTERROGATÓRIO DO PACIENTE E QUANTO À NÃO CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA AO REFERIDO PACIENTE PELO MAGISTRADO PROCESSANTE. NO QUE TANGE AO DIA DESIGNADO PARA AUDIÊNCIA TRATA-SE DE MERA SUPOSIÇÃO DO CAUSÍDICO, POIS HAVERÁ EXPEDIENTE FORENSE NO DIA EM APREÇO. NO QUE SE REFERE À NÃO CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA TEM-SE QUE TAL PLEITO NÃO PODE MAIS SER ANALISADO POR ESTE TRIBUNAL PORQUANTO SE TRATA DE MERA REITERAÇÃO DE *WRIT* ANTERIOR. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. ARGUMENTO AFASTADO. FEITO QUE SE DESENVOLVE REGULARMENTE. AFIRMAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL EM FACE DA NÃO INTIMAÇÃO DO IMPETRANTE DA EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHA. EVENTUAL AUSÊNCIA DA ALUDIDA INTIMAÇÃO É CAUSA DE NULIDADE RELATIVA, COM A DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO DANO SOFRIDO PELA PARTE, O QUE NÃO OCORREU NA HIPÓTESE. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Resta superado o pleito do impetrante no sentido de que este tribunal determinasse ao juiz de piso que procedesse ao interrogatório do paciente, porquanto tal ato já foi realizado pela autoridade impetrada;



321

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

2. Até o presente momento, há notícia de que haverá expediente forense na data questionada, não havendo porque **supor** que o interrogatório do paciente não ocorrerá;
3. Não há mais como este Tribunal de Justiça se manifestar acerca da necessidade de segregação cautelar do referido paciente porquanto, tal matéria já foi analisada por ocasião do julgamento do HC 0324710-9 de relatoria do Des. Nivaldo Mulatinho, anteriormente impetrado em favor do paciente e tendo por objeto à mesma ação penal de referência do presente *writ*;
4. Apenas o excesso de prazo injustificado ou mesmo desarrazoado é capaz de configurar o constrangimento ilegal. Este, entretanto, não é o caso, tendo em vista que o processo está sendo impulsionado, não se verificando qualquer desídia por parte do juízo de primeira instância;
5. Eventual ausência de intimação da defesa acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas é causa de nulidade relativa, a qual deve ser arguida no momento processual oportuno, com a demonstração da ocorrência do dano sofrido pela parte. Na hipótese, o impetrante sequer aponta qualquer prejuízo suportado pelo paciente, não havendo assim que se falar em nulidade;
6. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004428-89.2014.8.17.0000 (0334028-9), em que figura como impetrante o advogado Marcos Túlio A. de Alencar Barreto e como paciente **Lucinildo Batista da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 11 / 06 / 2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



322

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004428-89.2014.8.17.0000 (0334028-9)
IMPETRANTE: Marcos Túlio A. de Alencar Barreto (OAB/PE nº 942-A)
PACIENTE: Lucinildo Batista da Silva
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
(Convocada)

RELATÓRIO

O advogado Marcos Túlio A. de Alencar Barreto impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de **Lucinildo Batista da Silva**, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Ouricuri/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo de nº 0000414-43.2013.8.17.1020.

O impetrante relata, inicialmente, que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 13/03/2013, tendo sido oferecida denúncia em seu desfavor na data de 10/04/2013, a qual foi recebida em 11/04/2013.

Alega que o paciente encontra-se sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, porquanto há mora na marcha processual e, apesar do tempo de prisão do paciente, o magistrado *a quo* determinou que fossem apresentadas as alegações finais sem que houvesse sido realizado o interrogatório do réu.

Sustenta que o atraso no andamento do feito é imputável apenas ao Poder Judiciário, não podendo ser atribuído a qualquer conduta do paciente.

Argumenta ainda que não se trata de feito complexo, possuindo apenas um réu e que a defesa não foi intimada de audiência para a oitiva de testemunhas, a qual ocorreu com a nomeação de defensor somente para aquele ato, o que configura, segundo expõe, ilegalidade somente sanável por meio do presente *mandamus*.

Diante dessa narrativa, o impetrante requer a concessão liminar da ordem de *habeas corpus*, expedindo-se o respectivo alvará de soltura em favor

1



323

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

do paciente, para que este possa aguardar em liberdade a sentença que o pronunciará ou não. Ainda liminarmente pede que seja determinado à autoridade coatora que promova o interrogatório do réu e a declaração de nulidade de toda a instrução.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/254.

Através da decisão interlocutória de fls. 261/263 foi indeferido o pleito liminar e solicitadas as informações de praxe ao juízo apontado como coator, as quais foram prestadas por meio do ofício de fl. 277, acompanhadas dos documentos de fls. 278/303.

Remetidos os autos ao Ministério Público, a douta Procuradora de Justiça convocada, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofertou o parecer de fls. 307/310 pela denegação da ordem.

Às fls. 314/316 consta petição do impetrante, na qual o causídico se insurge quanto a data marcada para o interrogatório do réu e outras questões.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme relatado, o presente *writ* foi impetrado com o escopo de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente em razão do alegado excesso de prazo na marcha processual, da ausência de interrogatório do réu e da nulidade da instrução ocorrida em razão da não intimação da defesa da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas.

Vejamos.

Inicialmente, vale ressaltar o que narrou a exordial acusatória oferecida pelo órgão ministerial.

Da leitura da aludida inicial (fls. 288/290), extrai-se que, no dia 13 de março de 2013, por volta das 08:20h, no município de Ouricuri/PE, no estabelecimento comercial conhecido como Nossa Loja, de propriedade da



324

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

vítima (Antonio Porfírio Cavalcante Júnior), o paciente, munido de arma de fogo, efetuou disparos de arma de fogo contra a referida vítima, causando-lhe a morte.

Há notícia de que o motivo do delito foi que, anteriormente, houve uma negociação entre o paciente e a vítima e esta recebeu R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por um veículo, mas não cumpriu sua parte no acordo. Insatisfeito, o paciente foi cobrar a dívida e a vítima lhe ameaçou com uma arma de fogo.

Depreende-se que, conforme apurado, o crime foi premeditado e que foram disparados seis tiros contra a vítima da seguinte maneira: 01 (um) disparo de arma de fogo na cabeça, mais 03 (três) nas costas, quando esta tentava correr, e 02 (dois) na cabeça, quando esta já estava caída.

Por fim, consta que, logo após a prática do crime, o paciente tentou evadir-se, tendo sido interceptado pela força policial, que efetuou a sua prisão em flagrante delito e a apreensão de 02 (dois) revólveres de calibre 38, 11 (onze) munições intactas e 06 (seis) cartuchos deflagrados que estavam com o mesmo.

Diante desses fatos, o paciente foi denunciado pela suposta prática da infração penal contida no artigo 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo fútil e pela utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Por sua vez, nas informações de fl. 77, a autoridade impetrada relatou que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 13/03/2013, a denúncia foi oferecida e recebida, respectivamente, nas datas de 10/04/2013 e 11/04/2013.

Destacou ainda que houve a necessidade de expedição de cartas precatórias e que a audiência de instrução para o interrogatório do réu estava designada para o dia 22/05/2014.

Pois bem.

Inicialmente, quanto à ilegalidade apontada na impetração de que o juiz de piso determinou que fossem apresentadas as alegações finais, antes



325

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

mesmo de proceder ao interrogatório no réu, verifica-se que tal argumentação resta superada.

Explico.

De acordo com as informações prestadas e conforme diligências realizadas por este gabinete perante o sistema Judwin, constatou-se que o magistrado processante, através de despacho, reconheceu que não havia sido realizado o interrogatório do paciente e determinou que fosse designada com urgência audiência para a realização de tal ato, o que foi prontamente atendido pela secretaria daquela Vara e, no dia 22/05/2014, ocorreu o referido interrogatório. Confira-se trecho do despacho aqui mencionado e também trecho da audiência aludida:

“(...) Em sede de alegações finais a Defesa do acusado alega que não houve o interrogatório do réu. Compulsando os autos, assiste razão a Defesa, tendo em vista que não houve o depoimento pessoal do acusado. Designe com urgência audiência de interrogatório. (...)” – **Trecho do Despacho**

“(...) ABERTA A AUDIÊNCIA, com observância ao devido processo legal, e informadas as partes sobre a utilização do registro audiovisual e advertidas acerca da vedação de divulgação não autorizada dos registros audiovisuais foi interrogado o réu LUCENILSON BATISTA DA SILVA, tudo registrado em mídia de DVD. Durante o seu interrogatório o réu afirmou que não se chamava Lucenilson Batista da Silva e sim Lucinildo Batista da Silva.(...)” – **Trecho da audiência**

Posteriormente, o magistrado singular verificou que ocorreu um erro quando da gravação do interrogatório do réu, após o que determinou a marcação de nova audiência para o interrogatório do mesmo, a ser realizada no dia 20/06/2014. Veja-se:

“(...) Conforme certidão de fls. 368 não há nos autos a mídia de DVD onde deveria conter o interrogatório do acusado realizado no dia 22 de maio de 2014. Reputo ter havido falha técnica quando este magistrado transferia os dados da



326

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

filmadora para a mídia de DVD que ficaria juntada aos autos. Tal fato, de per si, não anula ou prejudica o tramitar do processo, pois, ex vi lege, o interrogatório do acusado poderá ser realizado a qualquer tempo. Assim, designo audiência para o interrogatório do denunciado a ocorrer no dia 20 de junho de 2014 às 10:00h. (...)

Deste modo, resta superado o pleito do impetrante no sentido de que este tribunal determinasse ao juiz de piso que procedesse ao interrogatório do paciente, porquanto, como dito acima, tal ato já foi realizado pela autoridade impetrada.

Nesse ponto, cumpre enfrentar o que aventado na petição de fls. 314/316, juntadas aos autos em 03/06/2014. O impetrante alega que o magistrado designou a data de 20/06/2014 para o interrogatório do réu, mas que provavelmente esse ato processual não se realizará, uma vez que a data designada é o dia imediatamente subsequente ao feriado de *Corpus Christi*, festa de grande monta na comarca onde tramita a ação penal de referência.

Ocorre que, até o presente momento, há notícia de que haverá expediente forense na data questionada, não havendo porque **supor** que o interrogatório do paciente não ocorrerá. Assim, não vislumbro qualquer reparo a ser feito por meio do presente *mandamus*.

Na mesma petição, o causídico apresenta questionamentos quanto à não concessão de liberdade provisória ao paciente pelo magistrado *a quo*. Entretanto, cumpre destacar que não há mais como este Tribunal de Justiça se manifestar acerca da necessidade de segregação cautelar do referido paciente porquanto, tal matéria já foi analisada por ocasião do julgamento do HC 0324710-9 de relatoria do Des. Nivaldo Mulatinho, anteriormente impetrado em favor do paciente e tendo por objeto à mesma ação penal de referência do presente *writ*.

Quanto ao alegado excesso de prazo na marcha processual, verifica-se que não assiste razão ao impetrante.

Vale ressaltar que a eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para formação da culpa deve ser analisada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, não resultando da simples soma aritmética dos



327

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

prazos abstratamente previstos na lei processual penal, porquanto tais prazos não são absolutos, mas parâmetros para efetivação do direito à razoável duração do processo, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese, de acordo com a leitura da documentação acostada aos autos, o que se constata é que não há desídia que possa ser atribuída ao magistrado singular.

Pelo contrário, o processo vem sendo impulsionado pelo juiz processante, o qual foi diligente na apreciação do auto de prisão em flagrante, bem como foi provocado por mais de uma vez a se manifestar acerca da necessidade da prisão preventiva do paciente. Além disso, constatou-se que houve necessidade de expedição de cartas precatórias, o que, naturalmente, justifica eventual delonga na marcha processual.

Verificando-se, portanto, que o feito tramita nos parâmetros da razoabilidade e que não há indícios de morosidade por parte do Estado-Juiz, o qual, repito, vem empreendendo esforços para impulsionar a ação penal, não há falar-se em constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa.

Comungando deste entendimento, assim se manifestou a ilustre Procuradora de Justiça por convocação, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, no parecer de fls. 307/310:

“(...) No processo em tela, verifica-se a existência de entraves ao processo como pedido de revogação da prisão preventiva e expedição de carta precatória. O magistrado reforçou a inexistência de excesso de prazo para formação da culpa, alegando encontrar-se designada data para continuação da audiência de instrução e julgamento. (...)”

Por fim no que se refere à alegação de que a defesa não foi intimada da expedição de carta precatória para a oitiva de testemunhas, o que configuraria ilegalidade, segundo ventilado na impetração, tem-se que não há como acolher tal argumentação.

Como se sabe, eventual ausência de intimação da defesa acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas é causa de nulidade



328

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

relativa, a qual deve ser arguida no momento processual oportuno, com a demonstração da ocorrência do dano sofrido pela parte, sob pena de preclusão.

Confira-se precedente do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

(...) 2. O reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige, tanto para nulidade relativa como para nulidade absoluta, a efetiva demonstração de prejuízo ao acusado. Precedentes do STF e desta Corte. (...) (HC 230.471/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 16/05/2014) – grifos nossos.

Na hipótese, em que pese o impetrante afirmar que foi determinada a expedição de carta precatória sem sua intimação, ele sequer apontou qualquer prejuízo causado à defesa do paciente em razão desse fato.

Assim, com arrimo no entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça quanto às eventuais ilegalidades ocorridas no processo penal, não vislumbro qualquer ato a ser reparado por meio desta impetração.

Em face de todo o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator